

CAROLINE CAMPOS

ADVOCACIA

Visto D7 para Portugal

Guia Prático e Procedimentos Legais para Obtenção de Residência por
Rendimentos Passivos

ÂMBITO LEGAL

Visão Geral e Elegibilidade

Compreenda o enquadramento jurídico do Visto D7 e quem pode beneficiar da residência legal em Portugal.

O Que É o Visto D7 & Perfil

O Conceito do Visto D7

O Visto D7 é uma autorização de residência destinada a cidadãos estrangeiros que pretendam residir em Portugal e disponham de rendimentos passivos próprios, estáveis e regulares, auferidos fora do território português.

Perfil do Requerente

Ideal para aposentados, pensionistas, titulares de rendas imobiliárias, investidores com dividendos, rendimentos financeiros ou direitos de autor, sem necessidade de exercer atividade profissional subordinada local.

Requisitos Financeiros



Requerente Principal

Exigência de 100% do Salário Mínimo Nacional (SMN) português por mês em rendimento passivo comprovado e garantido.



Segundo Adulto

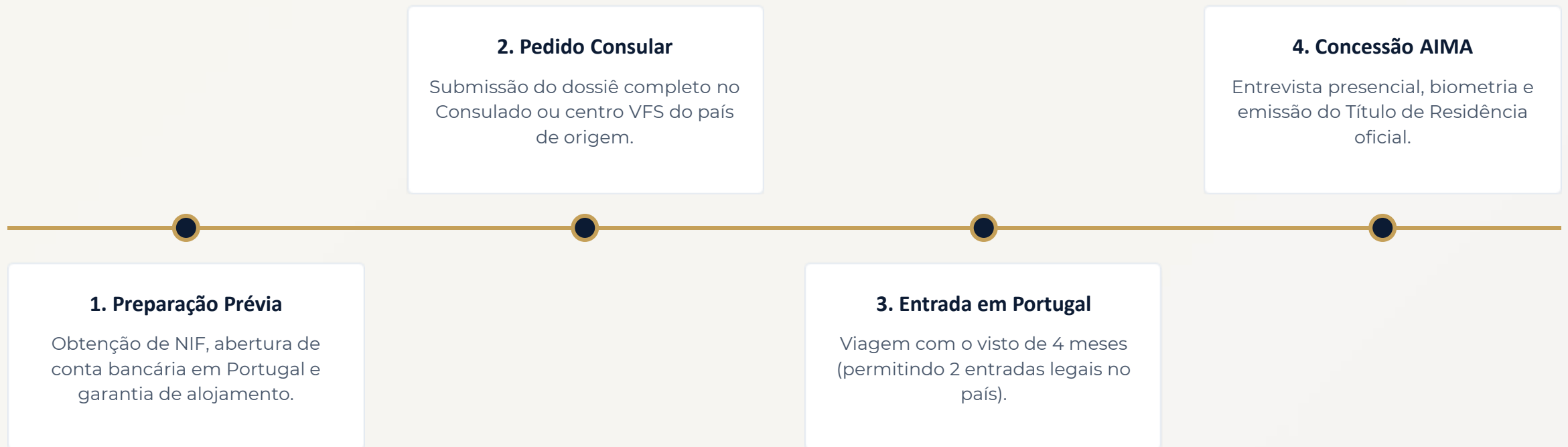
Acréscimo de 50% do SMN por mês para o cônjuge, companheiro ou dependente maior de idade a reagrupar.



Dependentes Menores

Acréscimo de 30% do SMN por mês por cada filho menor ou dependente a cargo integrado no agregado familiar.

A Jornada D7 em 4 Etapas



Etapa 1: Preparação em Portugal

Estruturação Inicial

Antes da submissão consular, é imprescindível preparar a infraestrutura jurídica e financeira em Portugal para assegurar o sucesso da candidatura.

Esta fase envolve a atribuição do NIF (Número de Identificação Fiscal), a abertura de conta bancária portuguesa com a transferência de fundos de reserva e o contrato de arrendamento de longa duração ou escritura de imóvel.



Documentação Exigida VFS



Formulário e Passaporte: Requerimento oficial preenchido, assinado e passaporte válido por mais de 3 meses além do visto.



Comprovação Financeira: Declaração de IRPF, extratos bancários e prova documental contínua da origem dos rendimentos passivos.



Registo Criminal & Seguro: Certificado de registo criminal com Apostila de Haia e seguro de saúde com cobertura internacional ou PB4.



Alojamento e Saldo em Portugal: Comprovativo de alojamento (mínimo 1 ano) e comprovativo bancário com saldo em conta de instituição sediada em Portugal.

Etapa 2 e 3: Consulado à Viagem

Submissão e Análise Consular

O processo é submetido presencialmente através da VFS Global ou Consulado competente. O prazo médio de análise é de 60 a 90 dias. Sendo aprovado, a vinheta de visto é emitida no passaporte com validade de 120 dias.

Deslocação e Instalação

O visto atribui o direito a 2 entradas no espaço Schengen para fixar residência em Portugal. Durante este período, o titular prepara a documentação final e aguarda o agendamento junto dos postos da AIMA.

Etapa 4: Agendamento na AIMA



Atendimento Presencial: Comparência na AIMA para recolha dos dados biométricos.



Validação Atualizada: Apresentação dos comprovativos de morada e fundos bancários atualizados em Portugal.



Emissão do Cartão: Concessão da primeira Autorização de Residência válida por 2 anos.



Permanência e Cidadania

7 ANOS

Caminho para a Nacionalidade

Manutenção da Residência Legal

O Título de Residência inicial é válido por 2 anos, renovável por períodos sucessivos de 3 anos. Para manter o título, o residente não deve ausentar-se de Portugal por mais de 6 meses consecutivos ou 8 meses intercalados durante a validade da autorização.

Ao atingir 7 anos de residência legal continuada, torna-se elegível para requerer a **Nacionalidade Portuguesa** ou 5 anos para a Autorização de Residência Permanente.

Visto D7 vs. Nómada Digital

Critério Legal	Visto D7 (Rendimentos Passivos)	Visto D8 (Nómada Digital)
Natureza dos Rendimentos	Estritamente passivos (aposentadoria, rendas, dividendos)	Ativos provenientes de trabalho remoto ou prestação de serviços
Exigência Financeira Mínima	100% do Salário Mínimo Nacional (SMN) mensal	4x o Salário Mínimo Nacional (SMN) mensal
Trabalho em Portugal	Permitido exercer atividade secundária após concessão da residência	Trabalho prestado exclusivamente para entidades fora de Portugal
Perfil Recomendado	Aposentados, pensionistas e investidores de rendimentos próprios	Trabalhadores remotos, profissionais liberais e freelancers

Assessoria Jurídica Especializada

Garantimos segurança, rigor e tranquilidade em todas as fases da sua transição para Portugal.



www.carolinecamposadvogada.pt



contacto@carolinecamposadvogada.pt



+351 969 504 178



Mafra | Lisboa |
Portugal

CAROLINE CAMPOS

— ADVOCACIA —